

Como é possível Cristo ser o único caminho para Deus?

Texto em português · [Ler no site](#)

Resumo

Originalmente publicado como: “**How Can Christ Be the Only Way to God?**”. Texto disponível na íntegra em: [/how-can-christ-be-the-only-way-to-god](#).

Introdução

Falei recentemente numa grande universidade canadense sobre a existência de Deus. Após a palestra, uma estudante um tanto irada escreveu no seu cartão de comentários: “Estava do seu lado até você chegar naquele assunto sobre Jesus. Deus *não* é o Deus cristão!”.

Essa atitude é universal na cultura ocidental hoje. A maioria das pessoas se alegra em concordar que Deus existe, mas em nossa sociedade pluralista tem-se tornado politicamente incorreto sustentar que Deus revelou a si mesmo de maneira decisiva em Jesus.

Nada obstante, é exatamente isso que o Novo Testamento ensina com toda a clareza. Consideremos as cartas do apóstolo Paulo, por exemplo. Ele convida seus convertidos gentios a lembrar-se de seus dias antes de serem cristãos: “lembrai-vos de que, no passado [...] estáveis naquele tempo sem Cristo, separados da comunidade de Israel, estranhos às alianças da promessa, sem esperança e sem Deus no mundo” (Ef 2.12). Os capítulos de abertura da carta de Paulo aos romanos se encarregam de mostrar que essa condição desolada é a situação geral da humanidade. O apóstolo explica que o poder e a divindade de Deus são dados a conhecer por intermédio da ordem criada ao nosso redor, de sorte que os homens ficam sem desculpa (1.20), e que Deus escreveu a sua lei moral no coração de todos os homens, e por isso são moralmente responsáveis diante dele (2.15). Embora Deus ofereça a vida eterna para todos quantos respondam da maneira apropriada à revelação geral de Deus na natureza e na consciência (2.7), o triste é que, em vez de adorarem e servirem ao Criador, as pessoas ignoram Deus e desdenham da sua lei moral (1.21-32). Conclusão: todos os homens estão debaixo do poder do pecado (3.9-12). Pior ainda, Paulo continua explicando que ninguém tem poder para remir a si mesmo mediante uma vida de retidão (3.19-20). Felizmente, porém, Deus providenciou uma saída: Jesus Cristo morreu pelos pecados da humanidade satisfazendo as exigências da justiça de Deus e tornando possível a reconciliação com Deus (3.21-26). Por meio de sua morte expiatória, a salvação está à disposição como dádiva recebida pela fé.

A lógica no Novo Testamento é clara: a universalidade do pecado e a singularidade da morte expiatória de Cristo significam que não há salvação fora de Cristo. Conforme proclamava o apóstolo: “não há salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não há outro nome dado entre os homens pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4.12).

Essa doutrina particularista foi exatamente tão escandalosa no mundo politeísta do Império Romano quanto na cultura ocidental contemporânea. Por isso, os cristãos primitivos quase sempre foram alvos de severa perseguição, tortura e morte, por se recusarem a adotar uma visão pluralista religiosa. Com o tempo, todavia, como o cristianismo cresceu ao ponto de suplantear as religiões de Grécia e Roma e converter-se na

religião oficial do Império Romano, o escândalo arrefeceu. Na verdade, para pensadores medievais como Agostinho e Tomás de Aquino, uma das marcas da verdadeira igreja era a sua catolicidade, ou seja, a sua universalidade. No conceito deles, parecia inacreditável que o grande edifício da igreja cristã, abrangendo toda a civilização, se fundamentasse na falsidade.

A morte dessa doutrina chegou com a chamada “expansão da Europa”, relacionada a três séculos de explorações e descobertas, estendendo-se aproximadamente de 1450 a 1750. Por meio das viagens e navegações de homens como Marco Polo, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães, foram descobertas novas civilizações e mundos totalmente novos, que nada sabiam da fé cristã. O entendimento de que a maior parte do mundo estava de fora das fronteiras da cristandade causou um impacto duplo sobre o pensamento religioso do povo. Primeiro, o impacto tendia a relativizar as crenças religiosas. Viu-se que, longe de ser a religião universal da humanidade, a maior parte do cristianismo confinava-se à Europa ocidental, uma parte do globo. Nenhuma religião particular, segundo parecia, poderia reivindicar validade universal; cada sociedade parecia ter sua própria religião ajustada a suas necessidades peculiares. Segundo, o impacto fez a reivindicação do cristianismo — de ser o único meio de salvação — parecer cruel e estreita. Os racionalistas do Iluminismo, como Voltaire, escarneciam dos cristãos de seus dias com a perspectiva de milhões de chineses condenados ao inferno por não terem crido em Cristo, quando sequer tinham como ouvir a respeito dele. Em nossos próprios dias, o influxo de imigrantes nas nações ocidentais oriundos das ex-colônias e os avanços nas telecomunicações, que servem para reduzir o mundo a uma aldeia global, têm intensificado a nossa consciência da diversidade religiosa da humanidade. O resultado disso é que o pluralismo religioso se converteu mais uma vez na sabedoria convencional.

O problema apresentado pela diversidade religiosa

Mas qual é exatamente o suposto problema apresentado pela diversidade religiosa da humanidade? E para quem se supõe que seja um problema? Ao ler a literatura sobre a questão, o desafio recorrente parece estar posto na entrada da porta do cristão particularista. O fenômeno da diversidade religiosa leva à consideração de que o pluralismo é verdadeiro, e o debate principal passa a ser sobre que forma de pluralismo é a mais plausível. Mas por que imaginar que o particularismo cristão é insustentável diante da diversidade religiosa? Qual parece ser exatamente o problema?

Quando se examinam os argumentos favoráveis ao pluralismo, percebe-se que muitos deles quase são exemplos de falácias lógicas de livros didáticos. Por exemplo, afirma-se com muita frequência que é arrogante e imoral defender o particularismo de alguma doutrina religiosa, porque a pessoa é obrigada a considerar como erradas todas as outras que discordam da sua religião. Isso parece ser um exemplo da falácia lógica conhecida como argumento *ad hominem* tirado de algum livro didático, o qual procura invalidar uma posição atacando-se o caráter daqueles que a defendem. Isso é uma falácia, porque a verdade de uma posição não depende das qualidades morais daqueles que creem nela. Mesmo que todos os cristãos particularistas fossem arrogantes e imorais, isso não serviria de nada para provar que a visão deles é falsa. Não somente isso, mas por que pensar que arrogância e imoralidade sejam condições necessárias para ser um particularista? Vamos supor que eu tenha feito tudo que me foi possível para descobrir a verdade acerca da realidade e esteja convencido de que o cristianismo é verdadeiro e, portanto, abraço humildemente a fé cristã como dádiva imerecida de Deus. Acaso seria eu arrogante e imoral por acreditar naquilo que penso sinceramente que seja a verdade? Por fim, e ainda mais fundamentalmente, essa objeção é uma espada de dois gumes, uma vez que o pluralista acredita também que a visão dele é a certa e que todos os demais adeptos das tradições religiosas particularistas estão errados. Logo, se sustentar uma visão

da qual muitas outras pessoas discordam significa que você é arrogante e imoral, então o próprio pluralismo poderia ser condenado como arrogância e imoralidade.

Ou, para dar outro exemplo, alega-se quase sempre que o particularismo cristão não pode estar certo porque as crenças religiosas são culturalmente relativas. Por exemplo, se um cristão tivesse nascido no Paquistão, provavelmente teria sido muçulmano. Logo, a sua crença no cristianismo não é verdadeira nem justificável. Uma vez mais, essa argumentação se parece com um exemplo da falácia genética tirado de um livro didático. Ela tenta invalidar uma posição pelo modo como a pessoa veio a defender essa posição. O fato de suas crenças dependerem de onde e quando você nasceu não importa em nada para as verdades delas. Se tivesse nascido na Grécia antiga, você provavelmente acreditaria que o sol orbitava a Terra. Acaso isso significa que a sua crença de que a Terra orbita o sol é, portanto, falsa e injustificável? É evidente que não! E, uma vez mais, o pluralista puxa o tapete de debaixo dos próprios pés, pois, se tal pessoa tivesse nascido no Paquistão, muito provavelmente seria um particularista religioso. Desse modo, de acordo com a sua própria análise, o pluralismo que ele defende é mero produto do fato de ter nascido na sociedade ocidental do final do século XX e, portanto, é falso ou injustificado.

Assim, alguns dos argumentos contra o particularismo cristão encontrados com tanta frequência na literatura são bastante inexpressivos. Mas esses argumentos não são o problema, de fato. Apesar disso, acho que, quando essas objeções são respondidas pelos defensores do particularismo cristão, logo a questão *verdadeira* tende a vir à tona. Essa questão, penso eu, diz respeito ao destino dos incrédulos que estão fora da tradição religiosa particular defendida. O particularismo cristão consigna essas pessoas ao inferno, o que os pluralistas consideram exorbitante.

Mas que problema exatamente se supõe que há aqui? Que dificuldade há em sustentar que a salvação está ao alcance somente por intermédio de Cristo? Seria a mera hipótese de que um Deus amoroso não lançaria as pessoas no inferno? Acho que não. A Bíblia diz que Deus deseja a salvação do ser humano. “O Senhor [...] não quer que ninguém pereça, mas que todos venham a se arrepender.” (2Pe 3.9). Ou, ainda: “[Ele] deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (1Timóteo 2.4). É assim que Deus fala por intermédio do profeta Ezequiel:

Por acaso tenho algum prazer na morte do ímpio?, diz o SENHOR Deus. Por acaso não desejo que se converta dos seus caminhos e viva? [...] Porque não tenho prazer na morte de ninguém, diz o SENHOR Deus; convertei-vos e vivei. [...] Dize-lhes: Tão certo como eu vivo, diz o SENHOR Deus, não tenho prazer na morte do ímpio, mas sim em que o ímpio se converta do seu caminho e viva. Convertei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos; por que morreríeis, ó casa de Israel? (Ez 18.23,32; 33.11).

Aqui, Deus apela literalmente ao seu povo para que se converta de seu curso de ação autodestrutivo e seja salvo. Assim, de certa maneira, o Deus bíblico não *lança* ninguém no inferno. Ele deseja que todos sejam salvos, e procura atrair todas as pessoas para si mesmo. Se, por livre vontade e bem informados, tomarmos a decisão de rejeitar o sacrifício de Cristo pelo nosso pecado, então, Deus não tem escolha senão nos dar aquilo que merecemos. Deus não nos enviará para o inferno, mas nós bem podemos nos enviar para lá. Nosso destino eterno, portanto, repousa em nossas mãos. É questão de livre escolha onde passaremos a eternidade. Os perdidos, por conseguinte, são autocondenados; separam a si mesmos de Deus a despeito da sua vontade e todo seu empenho em salvá-los, e o Criador se entristece com a perdição deles.

Ora, o pluralista talvez admita que, em razão da liberdade humana, Deus não pode assegurar que todos serão salvos. Algumas pessoas podem condenar a si mesmas ao rejeitarem a salvação oferecida por Deus. Mas, poderia argumentar ele, seria injusto Deus condenar essas pessoas *para sempre*. Pois mesmo os pecados terríveis dos torturadores nazistas nos campos de morte também merecem somente uma punição finita. Portanto, no máximo, o inferno seria uma espécie de purgatório, durando uma extensão de tempo apropriada para cada pessoa, antes que ela fosse libertada e admitida no céu. No final, o inferno ficaria vazio e o céu, cheio. Assim, ironicamente, o inferno é incompatível não com o amor de Deus, mas com a sua justiça. A objeção acusa Deus de ser injusto porque o castigo não é proporcional ao crime.

Uma vez mais, isso não me parece ser o problema real. Pois a objeção parece falha em pelo menos duas maneiras:

(1) A objeção faz confusão entre *cada* pecado que cometemos e *todos* os pecados que cometemos.

Poderíamos concordar que cada pecado individual que se comete merece apenas um castigo finito. Mas disso não se conclui que todos os pecados de alguém, considerados como um todo, mereçam apenas um castigo finito. Se alguém comete um número infinito de pecados, então a soma total de todos esses pecados merece um castigo infinito. Ora, é óbvio que ninguém comete um número infinito de pecados durante a vida terrena. Mas que tal na vida após a morte? Na medida em que os habitantes do inferno continuam a odiar e rejeitar a Deus, acumulam assim sobre si mesmos mais culpa e mais castigo. Em sentido real, o inferno é autoperpetuante. Nesse sentido, todo pecado recebe um castigo finito, mas, uma vez que o pecado continua para sempre, da mesma forma continua o castigo.

(2) Por que pensar que cada pecado recebe apenas um castigo finito? Seria possível concordarmos que pecados como roubo, mentira, adultério e assim por diante têm somente consequências finitas e, portanto, são apenas merecedores de castigo finito? Mas, em certo sentido, não são esses os pecados que separam as pessoas de Deus. Pois Cristo morreu por esses pecados, o castigo por causa desses pecados foram pagos. A pessoa precisa apenas aceitar a Cristo como Salvador para ser completamente livre e purificada desses pecados. Mas a recusa em aceitar a Cristo e seu sacrifício parece ser um pecado de ordem totalmente diferente. Pois esse pecado repudia a provisão de Deus para o pecado e dessa maneira separa definitivamente a pessoa de Deus e da salvação que ele oferece. Rejeitar a Cristo é rejeitar o próprio Deus. E, à luz do que Deus é, esse é um pecado de gravidade e proporções infinitas e, portanto, merece plausivelmente castigo infinito. Não devemos, por isso, entender primariamente o inferno como o castigo pelo conjunto de pecados que cometemos e que têm consequências finitas, mas como o castigo justo de um pecado de consequência infinita, a saber, a rejeição do próprio Deus.

Mas pode ser que o problema esteja em supor que um Deus amoroso não poderia lançar as pessoas no inferno por elas não terem informação ou estarem mal informadas a respeito de Cristo. Uma vez mais, isso não me parece o âmago do problema. Porque, segundo a Bíblia, Deus não julga as pessoas que jamais ouviram sobre Cristo com base na fé delas em Cristo. Antes, Deus as julga com base na luz da revelação geral de Deus na natureza e na consciência que elas realmente possuem. A oferta de Romanos 2.7 — “Assim, ele dará a vida eterna aos que, perseverando em fazer o bem, procuram glória, honra e imortalidade” — é oferta sincera de salvação. Isso não quer dizer que as pessoas podem ser salvas sem Cristo. Antes, quer dizer que os benefícios da morte expiatória de Cristo poderiam ser aplicados às pessoas sem que elas tivessem conhecimento consciente de Cristo. Elas seriam semelhantes a certas pessoas mencionadas no Antigo Testamento, como Jó e Melquisedeque, que não tinham conhecimento consciente de Cristo nem sequer eram membros da família da aliança de Israel e, todavia, desfrutaram de um

relacionamento pessoal com Deus. De modo semelhante, poderia haver Jós contemporâneos vivendo entre o porcentual da população do mundo, os quais ainda precisam ouvir o Evangelho de Cristo.

Infelizmente, como vimos, o testemunho do Novo Testamento diz que as pessoas, de maneira geral, sequer correspondem aos padrões mais baixos da revelação geral. Portanto, há pouca base para o otimismo de que existam muitos, ou mesmo um único que seja, que serão verdadeiramente salvos só pelo modo como reagem à revelação geral na natureza e na consciência. Por isso, o problema apresentado pela diversidade religiosa não poder ser simplesmente que Deus não condenaria as pessoas que não tivessem informações sobre Cristo nem que fossem mal informadas a respeito dele.

Em vez disso, parece-me que o problema real é este: se Deus é onisciente, então ele saberia quem, por livre vontade, receberia ou não o Evangelho. Mas, então, surgem algumas questões difíceis:

(i) Por que Deus não levou o Evangelho às pessoas que, como ele sabia, *poderiam* aceitá-lo se o tivessem ouvido, apesar de rejeitarem a luz da revelação geral que possuem?

Para exemplificar: imaginem um indígena americano que viveu antes da chegada dos missionários cristãos. Vamos chamá-lo de Urso Andarilho. Suponhamos que Urso Andarilho olha para o céu à noite e, ao ver a beleza da natureza em torno de si, sente que tudo isso foi feito pelo Grande Espírito. Além disso, quando Urso Andarilho olha para dentro do coração, sente ali a lei moral dizendo-lhe que todos os homens são irmãos feitos pelo Grande Espírito, e, assim, entende que devemos viver em amor uns com os outros. Mas vamos supor que em vez de adorar ao Grande Espírito e viver em amor com seu semelhante, Urso Andarilho ignora o Grande Espírito e cria totens de outros espíritos, e ao contrário de amar seu semelhante vive em egoísmo e crueldade para com os outros. Nesse caso, Urso Andarilho seria condenado justamente diante de Deus com base na sua incapacidade de corresponder à revelação natural de Deus na natureza e na consciência. Mas imagine só que, se os missionários tivessem chegado, Urso Andarilho teria crido no Evangelho e sido salvo! Nesse caso, sua salvação ou condenação parece resultado da má sorte. Não por sua culpa, calhou de ele ter nascido numa época e lugar da história em que o Evangelho não estava ainda disponível. Sua condenação é justa, mas será que um Deus oniamoroso permitiria que o destino eterno das pessoas dependesse de acidentes históricos e geográficos?

(ii) Ainda mais fundamentalmente, por que Deus criou o mundo, mesmo sabendo que tantas pessoas não acreditariam no Evangelho e estariam perdidas?

(iii) Ainda mais radicalmente, por que Deus não criou um mundo no qual todos acreditassem por livre vontade no Evangelho e fossem salvos?

O que se espera que um cristão particularista responda a essas perguntas? Será que o cristianismo não faz de Deus um Deus cruel e desprovido de amor?

O problema analisado

A fim de responder a essas questões, seria proveitoso examinar mais de perto a estrutura lógica do problema que temos diante de nós. O pluralista parece afirmar que é impossível a Deus ser onipotente e oniamoroso e ainda assim algumas pessoas jamais ouvirem o Evangelho e estão perdidas, o quer dizer que as declarações a seguir são logicamente inconsistentes:

1. Deus é onipotente e oniamoroso.

2. Algumas pessoas jamais ouviram o Evangelho e estão perdidas.

Agora precisamos perguntar: por que devemos entender que (1) e (2) são logicamente incompatíveis?

Afinal de contas, não há nenhuma contradição explícita entre elas. Mas, se o pluralista estiver alegando que (1) e (2) são implicitamente contraditórias, terá de assumir algumas premissas ocultas que serviriam para dar origem a tal contradição e torná-la explícita. A pergunta é: que premissas ocultas são essas?

Devo dizer que nunca vi na literatura, da parte dos pluralistas religiosos, nenhuma tentativa de identificar essas suposições ocultas. Mas vamos tentar ajudar o pluralista um pouquinho só. Parece-me que ele deve estar supondo algo como o seguinte:

3. Se Deus é onipotente, ele pode criar um mundo em que todas as pessoas ouvem o Evangelho e são salvas gratuitamente.

4. Se for oniamoroso, Deus prefere um mundo em que todos ouvem o Evangelho e são salvos gratuitamente.

Uma vez que, de acordo com (1), Deus tanto é onipotente como é oniamoroso, deduz-se que ele pode criar um mundo com salvação universal e prefere esse mundo. Logo, esse mundo existe em contradição com (2).

Pois bem, as duas premissas ocultas devem ser necessariamente verdadeiras se a incompatibilidade lógica entre (1) e (2) puder ser demonstrada. Portanto, a pergunta é: tais suposições são necessariamente verdadeiras?

Vamos considerar (3). Parece não haver controvérsia de que Deus poderia criar um mundo no qual todas as pessoas ouvem o Evangelho. Porém, uma vez que as pessoas são livres, não há nenhuma garantia de que todos nesse mundo seriam gratuitamente salvos. De fato, não há razão para achar que o equilíbrio entre salvos e perdidos em tal mundo seria minimamente melhor do que o equilíbrio no mundo real! É possível, num mundo de pessoas livres que Deus poderia criar, que algumas pessoas, por livre vontade, rejeitem a sua graça e estejam perdidas. Por conseguinte, (3) não é necessariamente verdadeira, e, logo, o argumento pluralista é falacioso.

Mas e quanto a (4)? É necessariamente verdadeira? Vamos supor, para fins de argumentação, que existam mundos possíveis factíveis para Deus nos quais todas as pessoas ouvem o Evangelho e o aceitam. Será que o ser amoroso de Deus o compeliaria a preferir um desses mundos ao mundo em que algumas pessoas estão perdidas? Não necessariamente, pois os mundos que abrangem a salvação universal poderiam ter outras deficiências predominantes que os tornem menos preferíveis. Por exemplo, vamos supor que os únicos mundos nos quais todos creiam por livre vontade no Evangelho são mundos com apenas um punhado de pessoas nele, digamos, com três ou quatro. Se Deus criasse alguma pessoa a mais, então, no mínimo uma delas teria rejeitado a sua graça por livre vontade e estaria perdida. Será que ele deveria preferir um desses mundos escassamente populosos a um mundo em que multidões creem no Evangelho e são salvas, mesmo que isso signifique que outras pessoas rejeitem sua graça por livre vontade e estejam perdidas? Isso está longe de ser óbvio. Embora conceda graça suficiente para a salvação de todas as pessoas que ele cria, Deus não parece ter menos amor por preferir um mundo mais populoso, mesmo isso significando que algumas pessoas resistiriam por vontade própria ao seu esforço para salvá-las e seriam condenadas. Assim, a segunda hipótese do pluralista também não é necessariamente verdadeira, de modo que seu argumento se mostra duplamente falacioso.

Logo, nenhuma das suposições do pluralista parece ser necessariamente verdadeira. A menos que ele possa sugerir algumas outras premissas, não temos razão para entender que (1) e (2) são logicamente incompatíveis.

Podemos, porém, aprofundar o argumento mais um pouco. Podemos mostrar positivamente que é inteiramente possível Deus ser onipotente e oniamoroso e que muitas pessoas jamais ouvem o Evangelho e estão perdidas. Tudo que temos de fazer é encontrar uma declaração possivelmente verdadeira compatível com o ser onipotente e oniamoroso de Deus que signifique que algumas pessoas jamais ouvem o Evangelho e estão perdidas. Seria possível formular tal declaração? Vejamos.

Deus, como ser amoroso e bom, quer que o máximo possível de pessoas seja salvo e que delas se perca o mínimo possível. Seu objetivo, então, é alcançar o equilíbrio ótimo entre essas variáveis, para não criar mais perdidos do que o necessário para atingir certo número de salvos. Mas é possível que o mundo real (que abrange o futuro bem como o presente e o passado) tenha esse equilíbrio. É possível que, para criar o tanto de pessoas que será salvo, Deus também tenha de criar o tanto de pessoas que se perderá. É possível que, se Deus tivesse criado um mundo em que menos pessoas vão para o inferno, então, ainda menos iriam para o céu. É possível que, para alcançar uma multidão de santos, Deus tenha de aceitar uma multidão de ímpios.

Seria possível refutar que um Deus oniamoroso não criaria pessoas que ele saberia se perderiam, mas que seriam salvas se apenas ouvissem o Evangelho. Mas como sabemos que essas pessoas *existem*? É razoável supor que muitas pessoas que nunca ouviram o Evangelho não teriam crido nele, mesmo que o ouvissem. Suponhamos, então, que Deus ordenou o mundo de modo tão providencial que *todas* as pessoas que nunca ouviriam o Evangelho sejam precisamente essas. Nesse caso, quem nunca ouviria o Evangelho e está perdido teria rejeitado o Evangelho e estaria perdido, ainda que o tivesse ouvido. Ninguém, no dia do juízo, ficaria diante de Deus e se queixaria: “Muito bem, Deus, então, eu não respondi à tua revelação geral na natureza nem na consciência! Mas se apenas eu tivesse ouvido o Evangelho, teria crido nele!”. Deus, portanto, diria: “Não, eu sabia que, mesmo se tivesse ouvido o Evangelho, você não teria crido nele. Assim, o julgamento que faço de você, com base na natureza e na consciência, não é injusto nem desamoroso”.

Assim, é possível que:

5. Deus criou um mundo dotado de equilíbrio ótimo entre salvos e perdidos, e aqueles que nunca ouviram o Evangelho e estão perdidos não teriam crido nele, mesmo que o tivessem ouvido.

Desde que (5) seja mesmo *possivelmente verdadeira*, essa proposição mostra que não há incompatibilidade entre um Deus onipotente e oniamoroso e o fato de algumas pessoas nunca ouvirem o Evangelho e estarem perdidas.

Com base nisso, estamos agora preparados para apresentar respostas possíveis às três perguntas difíceis que deram ocasião a essa investigação. Vamos considerá-las na ordem reversa:

(i) Por que Deus não criou um mundo em que todos acreditassem por livre vontade no Evangelho e fossem salvos?

Resposta: Não seria factível para Deus criar tal mundo. Se ele fosse exequível, Deus o teria criado. Mas, em razão da sua vontade de criar criaturas com livre vontade, Deus teve de aceitar que algumas delas, por livre vontade, rejeitassem a ele e ao seu esforço de salvá-las e se perderiam.

(ii) Por que Deus criou o mundo, mesmo sabendo que tantas pessoas não acreditariam no Evangelho e estariam perdidas?

Resposta: Deus queria partilhar seu amor e companhia com pessoas criadas. Ele sabia que isso significava que muitos o rejeitariam por livre vontade e estariam perdidos. Mas sabia também que muitos outros receberiam a sua graça por livre vontade e seriam salvos. A felicidade e a bem-aventurança daqueles que livremente abraçam o seu amor não poderiam ser impossibilitadas pelos que livremente o rejeitariam. Com efeito, às pessoas que rejeitariam livremente a Deus e seu amor não se permitiria nenhum tipo de poder de veto sobre que mundos Deus está livre para criar. Deus, na sua misericórdia, ordenou providencialmente o mundo para alcançar o equilíbrio ótimo entre os salvos e os perdidos, mediante a maximização do número daqueles que o aceitam livremente e minimização do número dos que não o aceitariam.

(iii) Por que Deus não levou o Evangelho às pessoas que, como ele sabia, *poderiam* aceitá-lo se o tivessem ouvido, apesar de rejeitarem a luz da revelação geral que possuem?

Resposta: Essas pessoas não existem. Deus, na sua providência, organizou o mundo de tal maneira que as pessoas que responderiam ao Evangelho se o ouvissem, realmente o ouvem. O Deus soberano ordenou a história humana de modo que, à proporção que o Evangelho se espalhava da Palestina do primeiro século, ele pôs no seu caminho aqueles que haveriam de crer se o ouvissem. Uma vez que o Evangelho alcança um povo, Deus providencialmente põe lá pessoas que ele sabe responderiam ao Evangelho se o ouvissem. Em seu amor e misericórdia, Deus garante que todos quantos haveriam de crer no Evangelho se o ouvisse, não nasçam em época e lugar da história em que não podem ouvi-lo. Aqueles que não respondem à revelação geral de Deus na natureza e na consciência e nunca ouvem o Evangelho não lhe responderiam positivamente se o ouvissem. Portanto, ninguém se perde por causa de acidente histórico ou geográfico. Qualquer um que quiser ser salvo será salvo.

Essas são apenas algumas respostas possíveis às questões apresentadas. Mas, conquanto sejam mesmo possíveis, mostram que não há incompatibilidade entre o ser onipotente e oniamoroso de Deus e o fato de algumas pessoas nunca ouvirem o Evangelho e perecerem perdidas. Ademais, essas respostas são atraentes porque parecem também ser bastante bíblicas. Em seu discurso ao ar livre aos filósofos atenienses reunidos no Areópago, Paulo declarou:

O Deus que fez o mundo e tudo o que nele há, Senhor do céu e da terra [...] Pois é ele mesmo quem dá a todos a vida, a respiração e todas as coisas. De um só fez toda a raça humana para que habitasse sobre toda a superfície da terra, determinando-lhes os tempos previamente estabelecidos e os territórios da sua habitação, para que buscassem a Deus e, mesmo tateando, pudessem encontrá-lo. Ele, de fato, não está longe de cada um de nós; pois nele vivemos, nos movemos e existimos (Atos 17.24-28a).

Isso soa exatamente como as conclusões a que cheguei puramente através da reflexão filosófica sobre o assunto!

Ora, o pluralista admitiria a compatibilidade lógica do ser onipotente e oniamoroso de Deus e o fato de algumas pessoas jamais ouvirem o Evangelho e perecerem perdidas, mas insiste que, apesar disso, esses

dois fatos são improváveis, um com relação ao outro. De modo geral, as pessoas parecem acreditar na religião da cultura em que foram criadas. Mas, nesse caso, o pluralista poderia argumentar que é altamente provável que, se muitos dos que nunca ouviriam o Evangelho fossem criados numa cultura cristã, teriam acreditado no Evangelho e seriam salvos. Por isso, a hipótese apresentada por nós é altamente implausível.

Agora, seria fantasticamente improvável que por puro acaso ocorresse que todas as pessoas que nunca ouviriam o Evangelho e estariam perdidas não teriam crido no Evangelho, mesmo que o tivessem ouvido. Mas a hipótese não é essa. A hipótese é que um Deus providente organizou o mundo dessa maneira. Considerando-se que é um Deus dotado do conhecimento acerca de como cada pessoa responderia livremente à sua graça em quaisquer circunstâncias em que ele a pusesse, não é totalmente implausível que Deus tenha ordenado o mundo da maneira descrita. Um mundo assim, externamente, em nada pareceria diferente de um mundo em que as circunstâncias do nascimento de alguém sejam questão de acaso. O particularista pode concordar que as pessoas geralmente adotam a religião da cultura delas e, se muitas das que nascem em culturas não cristãs tivessem, em vez disso, nascido numa sociedade cristã, teriam se tornado cristãs, culturalmente ou nominalmente. Mas isso não quer dizer que seriam salvas. É fato meramente empírico que não há características diferenciadoras, psicológicas ou sociológicas, entre quem se torna e quem não se torna cristão. Não há como predizer com exatidão, pelo exame de alguém, em que circunstâncias essa pessoa creria em Cristo para a salvação. Uma vez que um mundo ordenado por Deus se pareceria idêntico externamente com um mundo em que o nascimento da pessoa é uma questão de acidente histórico e geográfico, é difícil enxergar como a hipótese que defendi pode ser acusada de improvável sem que se demonstre que a existência de um Deus dotado desse conhecimento é implausível. Além disso, não tenho conhecimento de nenhuma dessas convincentes objeções.

Concluindo, então, o pluralista não conseguiu mostrar nenhuma inconsistência lógica no particularismo cristão. Pelo contrário, nós conseguimos provar que tal posição é logicamente coerente. Mais do que isso, considero que essa visão não é somente possível, mas é também plausível. Portanto, o fato da existência da religiosidade na humanidade não destrói o Evangelho cristão da salvação por meio de Cristo somente.

De fato, para nós cristãos, penso que o que defendi ajude a colocar na perspectiva apropriada as missões cristãs: como cristãos, temos o dever de proclamar o Evangelho ao mundo inteiro, na confiança de que Deus ordenou as coisas de maneira tão providencial que, por nosso intermédio, as Boas Novas chegarão às pessoas que Deus sabia que o aceitariam se assim o ouvissem. Nossa compaixão para com as pessoas de outras religiões do mundo expressa-se não em fingir que elas não estão perdidas sem Cristo, mas sustentando e esforçando-nos de todas as maneiras para comunicar-lhes a mensagem doadora de vida, de Cristo.

E quanto aos de nós que ainda não são cristãos, é necessário perguntar a si mesmo: estou aqui hoje por mero acidente? Foi exclusivamente por acaso que ouvi esta mensagem? Não há nenhum propósito nem razão pela qual eu esteja aqui? Ou poderia ser que Deus na sua providência trouxe-me aqui pela minha livre vontade para ouvir as Boas Novas de seu amor e perdão que ele estende para mim através de Cristo? Se assim for, qual deve ser minha reação? Ele me deu uma oportunidade, tirarei proveito dela em meu favor ou virarei as costas para ele uma vez mais e o deixarei de fora? A decisão depende de você.